

Tocantínia, 28 de novembro de 1996.

Prezados Senhores,

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data _____ / _____ / _____
Cod. NR 1000 1111

Nós, Povo Indígena Xerente, moradores no Município de Tocantínia, no Estado do Tocantins, estivemos reunidos na aldeia Porteira, no dia 25 de novembro/96, muito preocupados com a divisão de nosso Povo, provocada pelo Governo Estadual.

Em 1993 o Estado iniciou construção de ponte e pavimentação de estrada dentro de nossa terra, no mesmo ano essas obras foram embargadas pelo Ministério Público.

Daí para frente, o Estado vem comprando nossos parentes com dinheiro, com cesta básica, com doações de: gravador, cama, geladeira, fogão à gás, televisão, bicicletas e gado (60 cabeças, sendo 35 como pagamento pela construção da ponte sobre o córrego Jacó e as outras 25 como pagamento pela construção das galerias sobre os córregos Taboça e Funil) todas essas obras estão dentro da Reserva Indígena Funil. Estão pagando nossos próprios parentes a retirada de madeira da nossa terra, que segundo a empreiteira responsável pela obra, será usada para cercar as margens da estrada que corta a área Funil, cargos públicos, roças mecanizada.

Aqueles que não aceitam se vender são ameaçados de corte na assistência a Saúde, Educação e suspensão da aposentadoria do INSS dos velhos e viúvas e demissão de professores índios.

Até 1993 a gente vivia em 12 aldeias e fazia as nossas festas: da corrida da Tora, festa para dar nome as crianças, festa da Tingizada, festa de casamento, as caçadas, tudo era feito junto. Hoje é só desunião, os Caciques não conversam uns com os outros, os clãs não se respeitam o outro clã. De 12 aldeias que nós era, hoje somos 33, tudo isso provocado pela interferência do Governo Estadual.

É tão grande a desunião entre nosso Povo, que no dia 20 de novembro saiu a sentença da Justiça, favorável a nós, onde o Ministério Público fez cumprir a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 231, que nos garante a posse de nossa terra.

Mesmo com a sentença favorável a nós, as obras continuam.

O Estado está usando um grupo de nossos parentes para negociar diretamente com eles essa continuação.

Ouvimos no jornal que ele está entrando com recurso para suspender a decisão da Justiça.

Somos os primeiros moradores desta Terra, antes mesmo de existir o Estado do Tocantins. E a gente vivia em paz. Hoje somos tratados como qualquer dos bichos que vivem aqui, sem nenhum respeito.

Pedimos aos Senhores que nos ajudem nesse momento tão difícil para nós.

Estamos assustados com mais um projeto do Governo do Estado do Tocantins junto com o Governo Japonês, que também vai nos atingir.

É o PRODECER III (Projeto de Desenvolvimento do Cerrado III), são 40.000 Hectares de desmatamento para plantio de soja, para exportar. Esse PRODECER fica na divisa da nossa terra com o Município de Pedro Afonso.

Nós sabemos que para esse plantio usa muito remédio que vai contaminar a terra e a água, trazendo muitas doenças. Derrubaram todas as árvores, isso vai fazer diminuir as chuvas, secar os rios, sumir os peixes e desaparecer a pouca caça que ainda existe.

Se não bastasse tudo isso, ainda construíram uma estrada de dois quilômetros e meio dentro da nossa terra sem a nossa autorização. Essa estrada é para transportar o calcário para o Projeto. Este PRODECER é mais um desrespeito contra nós.

O asfalto que liga Palmas, (capital do Estado), a Tocantínia, a construção da ponte sobre o Rio do Sono e o PRODECER III tem afetado muito a nossa vida.

São muitas pessoas dentro de nossa terra, nas nossas aldeias, trazendo com elas as doenças, o aumento do alcoolismo, a prostituição, os acidentes nas estradas e o risco de invasão e muitas coisas ruins.

Nós não queremos a continuidade dessas obras dentro de nossa terra e não aceitamos nenhuma negociação dos nossos parentes para continuação delas.

Viemos pedir que nos ajudem para que se cumpra a sentença da Justiça.

Mandamos junto com essa carta várias fotos das obras que denunciemos.

Estes documentos estão sendo enviados para: Presidência da Funai, Procuradoria Geral da República, Imprensa Nacional, Comissão de Minorias da Câmara.

Está sendo enviado também para: Procuradoria da República, Órgãos públicos, Imprensa, Presidência da Assembléia Legislativa, e Autoridades do Estado do Tocantins.

Seguem assinaturas de muitos caciques e Comunidade Indígena:

Perfiro u a f... Xerente
Manoel Ximãro Marinho Xerente
Isaac S Marinho Xerente
Gair Dburã Xerente
Walter Knãirdes Marinho Xerente
Rosilene Krenhãdi
Judite warãdi
Lucilene Xerente
Lualene Xerente
Irani Xerente
João Batista Wazabur Xerente
Rafael Xerente
Vitorino Xerente
Arnaldo Xerente
Antônio Xerente
José Marinho Xerente
Mudes Xerente
Jacquino Zmiri

→ Terezinha Xerente

Traci Xerente

Bonfim Pereira Rodrigues Xerente

→ Maria Brudi Xerente

Neli Xerente

→ Marlene Xerente

Domingos Xerente

Fabiana Xerente

Antônia Xerente

Cilda Xerente

→ Miguel Xerente

Felícia Pereira Xerente

Yvoca Xerente

→ Valter Xerente - Trebor

Elsa Xerente

Marinissa Xerente

Elviana Xerente

→ Sineide Xerente

Geová F. dos Santos Xerente

→ Regina Xerente

Maurício

Antonio Luiz Xerente

Maria Lva Xerente

→ João Damasceno Xerente

Piloleve Kuptãndi Marinho Xerente

Yulima Kmožãni Xerente

Cleide Popradi Xerente

→ Anastãsia Xerente

Aparecida Xerente

Eduardo Xerente

→ Maria Sibãdi Xerente

Ronaldo Xerente

Enequina Kuzadi Xerente

Paulo Xerente

Plemer no Basso Xerente